Jornal da CNTC

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 4 • Edição 42 • Abril 2014 | Distribuição gratuita • Brasília/DF

ESPECIAL

Entrevista com Antonio Levenhagen, presidente do TST

■ PÁGINA 8

TRANSPORTE PÚBLICO

Transporte público deficiente e trabalho aos domingos

Dobradinha de problemas que afetam a qualidade de vida dos comerciários brasileiros

■ PÁGINA 4

FRENTE PARLAMENTAR

Pernambuco e Paraná aderem à FPC e Belo Horizonte lança a primeira Frente Municipal

■ PÁGINA 10

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL

REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C, CEP 70390-020 – Brasília/DF

PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **EDITORA-CHEFE:** Cristiane R. Kozovits • **JORNALISTAS:** Marina Barbosa e Raul Lênnon • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste Jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.)

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C – CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br – E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE: Levi Fernandes Pinto • **1º VICE-PRESIDENTE:** Vicente da Silva • **2º VICE-PRESIDENTE:** Valmir de Almeida Lima • **1º SECRETÁRIO:** Lourival Figueiredo Melo • **2º SECRETÁRIO:** Idelmar da Mota Lima • **1º TESOUREIRO:** Luiz Carlos Motta • **2º TESOUREIRO:** Saulo Silva • **DIRETOR DE PATRIMÔNIO:** Luiz de Souza Arraes • **DIRETOR SOCIAL E DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:** José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • **DIRETOR DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS:** Maria Bernadete Lira Lieuthier • **DIRETOR DE ASSUNTOS CULTURAIS E ORIENTAÇÃO SINDICAL:** Guiomar Vidor • **DIRETOR DE ASSUNTOS TRABALHISTAS E JUDICIÁRIOS:** Ageu Cavalcante Lemos • **DIRETOR DE ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS:** Ronaldo Nascimento • **DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CET/CNTC:** Edson Ribeiro Pinto • **DIRETOR-ADJUNTO DO CET/CNTC:** José Ribamar Rodrigues Filho

SUPLENTES

José Martins dos Santos • Ronildo Torres Almeida • Edson Geraldo Garcia • Elias Bernardino da Silva • Abdon Martins de Moura • Raimundo Miquilino da Cunha • Edson Ramos • José Alves Paixão • Leocides Fornazza • Telma Maria Cárdia • José Carlos Perret Schulte • Milton Manoel da Silva Filho • Cléber Paiva Guimarães • João de Sant'Ana • Cibele Cristina Lemos de Oliveira

CONSELHO FISCAL DA CNTC

Dorvalino de Oliveira • José Lucas da Silva • Márcio Luiz Fatel

SUPLENTES

Raimundo Matias de Alencar • Aulino Beserra Lima

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

Antonio Caetano de Souza Filho • Luiz José Gila da Silva • Armando Gonçalves Portela de Morais • Raimundo Firmino dos Santos • Vagnei Borges de Castro • Rosilene Schneider Glasser • Francisca das Chagas S. da Silva • Manoel Santos de Oliveira • João Correia Gomes

CNTC Somos todos nós — CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Cuidando da Saúde do Trabalhador

Levi Fernandes Pinto

Dia 7 de abril foi comemorado o Dia Mundial da Saúde. Por todo o mundo aconteceram campanhas, marchas, ações de conscientização tendo como temas as mais diversas doenças, a prevenção e a qualidade de vida.

A data também nos faz refletir sobre como anda a saúde do trabalhador, as condições ambientais do trabalho, a prevenção e educação sobre doenças laborais, o respeito aos direitos do funcionário, como os intervalos para descanso, a jornada justa, as regras de aposentadoria, acesso à saúde pública e o tratamento digno de milhões de trabalhadores de todos os setores de atividade.

O Brasil está se preparando para a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CNSTT), onde se espera que sejam definidas as diretrizes para a implantação de uma Política Nacional de Saúde para os trabalhadores. Em todas as regiões e Estados do país, até 30 de maio e 30 de junho, respectivamente, estarão acontecendo as etapas macrorregionais e estaduais do encontro. Depois disso, a Conferência Nacional vai tratar do tema Desenvolvimento Socioeconômico e seus Reflexos na Saúde do Trabalhador.

Dentro deste contexto, nossa categoria precisa pensar nos problemas específicos de saúde e qualidade de vida dos trabalhadores no Comércio e Serviços do país. Enfrentamos jornadas absurdas em vários segmentos. Em certas atividades, os trabalhadores são obrigados a usar fraldão para não perder tempo com a ida ao banheiro, milhares comem de pé em locais insalubres e outros tantos acumulam funções ou sofrem assédio moral quando questionam as condições de trabalho oferecidas.

Todos esses problemas acarretam outros efeitos colaterais à saúde do trabalhador, dentre eles estresse, fadiga, obesidade pela má qualidade alimentar, dores na coluna, problemas de circulação, e aqui sem entrar nas questões relativas à segurança, acidentes e salubridade no trabalho, que também são muito sérias.

Nas bases, os sindicatos e federações do Sistema CNTC se esforçam, e devem ampliar cada vez mais investimentos na conscientização do trabalhador, na promoção da saúde, na prevenção de doenças e na fiscalização das condições de trabalho nos estabelecimentos comerciais e de serviços. Aqui em Brasília nós continuamos a luta junto ao Congresso e aos órgãos governamentais para o aprimoramento das leis que garantam melhorias à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Façamos a nossa parte e cobremos do Governo que cumpra também seu papel social e seu dever perante os trabalhadores do nosso Brasil. ●

ARTIGO GUIOMAR VIDOR

50 anos do golpe contra os trabalhadores e a democracia

Guiomar Vidor
Presidente da Fecosul

Em 1º de abril o golpe militar de 64, que depôs o presidente João Goulart e implantou a ditadura no Brasil, completou 50 anos. O regime militar durou 21 anos com perseguições, prisões, torturas, assassinatos e arbitrariedades, principalmente contra os trabalhadores, estudantes e desenvolvimentistas nacionalistas.

O golpe contra o povo brasileiro contou com apoio de parte do empresariado, da imprensa, dos grandes proprietários rurais, setores da igreja católica, e vários governadores de estados importantes. Logo nos primeiros dias após o golpe veio a onda de repressão que atingiu violentamente a resistência e as mobilizações populares como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as ligas camponesas, os grupos católicos avançados, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP). O saldo da repressão foi a soma de milhares de pessoas presas irregularmente, torturadas, mortas, e muitas até hoje desaparecidas.

Mas, o povo resistiu, e com muita luta reconquistou a democracia. Agora, passadas cinco décadas do golpe, é necessário resgatar o papel da classe trabalhadora na luta em defesa da democracia, da justiça social e do desenvolvimento do Brasil, com maior valorização do trabalho.

No entanto, os trabalhadores e o povo brasileiro devem manter-se alertas e denunciar as constantes tentativas golpistas das forças reacionárias contra as iniciativas progressistas do país, assim como o constante ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

A Fecosul – Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do RS – defende a unidade das forças políticas e sociais na construção de um país democrático, justo e igualitário, onde os trabalhadores possam usufruir das riquezas que produzem sem ameaças aos seus direitos e a sua dignidade humana.

Viva o Brasil! Viva a Democracia! Ditadura nunca mais!

TRANSPORTE PÚBLICO

Transporte público deficiente e trabalho aos domingos: dobradinha de problemas que afetam a qualidade de vida dos comerciários brasileiros

O BRASILEIRO GASTA MUITO TEMPO NO TRÂNSITO, PRINCIPALMENTE NAS GRANDES CIDADES. DE 1992 A 2009 O TEMPO DE DESLOCAMENTO NAS MAIORES REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS AUMENTOU 4% PARA OS MAIS POBRES E 15% PARA OS MAIS RICOS, AFETANDO TODAS AS CLASSES SOCIAIS. ISSO SE DÁ PORQUE OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PÚBLICO E MALHA RODOVIÁRIA NÃO CORRESPONDEM À NECESSIDADE DA SOCIEDADE. O TRANSPORTE PÚBLICO NO PAÍS NÃO RECEBE INVESTIMENTOS SUFICIENTES PARA ATENDER À DEMANDA CRESCENTE DAS GRANDES CIDADES. SÃO CONSTANTES OS PROBLEMAS E RECLAMAÇÕES DE TRENS E ÔNIBUS LOTADOS, FALTA DE LINHAS E TRECHOS COM ALTO ÍNDICE DE ENGARRAFAMENTO NESSAS LOCALIDADES.

Se o problema fosse “apenas” o desgaste e a perda de tempo, o tema não teria tanta repercussão. No entanto, o atual contexto de estresse no trânsito, a demora na ida e na volta para casa ou para ir à escola mina a qualidade de vida do cidadão.

Infraestrutura

Com relação à infraestrutura, o desempenho de regiões metropolitanas do Brasil apresenta uma defasagem de 67% em comparação com as regiões mais avançadas do mundo. O dado foi apresentado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no primeiro semestre do ano passado, com base no Índice Comparado de Desempenho da Infraestrutura de Transportes (IDT) elaborado pela própria Fiesp em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O estudo concluiu que o Brasil necessita triplicar o desempenho de suas rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e conexões logísticas para chegar ao patamar dos seus principais concorrentes no mercado internacional.

Domingos e feriados

Dentro do cenário das deficiências da área de transporte, os trabalhadores que precisam trabalhar aos finais de semana e feriados são ainda mais sacrificados. Os problemas são potencializados pela precariedade da oferta de transporte público coletivo nesses dias e maior exposição à violência, já que o trabalhador tem que ficar horas esperando um ônibus para poder ir para casa, muitas vezes em locais ermos.

Durante a semana ele sofre, como todos os cidadãos, com os males do trânsito, mesmo com tudo que se tem disponível funcionando a todo vapor, e nos finais de semana, quando todos desaceleram, ele tem que abrir mão do convívio com a família para trabalhar e, novamente, é vitimado pelos problemas relativos ao transporte público. Formou-se um ciclo vicioso que prejudica sobremaneira este trabalhador.

"Com a abertura do comércio aos domingos e feriados o comerciário precisa acordar absurdamente cedo para conseguir pegar um transporte público e depois, na hora de ir embora, enfrenta a falta de ônibus ou de metrô em várias cidades", alerta Levi Fernandes Pinto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), e detalha: "O trabalho aos domingos e feriados, por si só, já reduz a qualidade de vida do trabalhador, que é tolhido do convívio com a família e ainda enfrenta os problemas de transporte e, de quebra, a falta de creche nesses dias para deixar os filhos. Um problema que precisa ser tratado com mais seriedade e corrigido", diz Levi.

"As mulheres que trabalham no domingo mal conseguem chegar a suas casas porque não tem ônibus. E elas vão deixar seus filhos aonde enquanto estiverem trabalhando?", questiona o diretor-secretário da CNTC, Lourival Figueiredo Melo.

Na avaliação de Melo, a temática do trabalho no comércio aos domingos deveria ser travada com urgência por meio de acordos entre empresários e funcionários e pelo aprimoramento das leis, de modo a alcançar equilíbrio entre os interesses do capital e do trabalho, sem acarretar desrespeito aos direitos dos comerciários.

Queda de produtividade

O Ph.D em Engenharia Industrial e diretor-presidente do Instituto Akatu, Hélio Mattar calculou que o Brasil perde em produtividade por ano aproximadamente R$ 90 bilhões, o equivalente a 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de riqueza produzidas no Brasil, com o tempo de deslocamento dos trabalhadores. A soma se refere as nove principais regiões metropolitanas do País.

"Uma perda que decorre de uma comparação entre o que poderia ter sido produzido se o trabalhador chegasse descansado, em boas condições ao trabalho, e a produção que efetivamente ocorre quando o trabalhador chega cansado, irritado depois de um deslocamento de má qualidade e por muito tempo", detalha Mattar em entrevista ao site do Instituto Akatu.

Levantamento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em março do ano passado, aponta que os brasileiros são as principais vítimas do trânsito no mundo. Nós ficamos apenas atrás dos chineses.

Saiba mais

- Tramitam na Câmara dos Deputados tratando do disciplinamento do trabalho aos domingos e feriados os PLs. 7663/06, 6986/13 e 342/03 apensados ao PL. 4653, de 1994, de autoria do então deputado federal Paulo Paim (PT-RS), com a intenção de fixar a jornada de trabalho em 40 horas semanais.
- O projeto principal conta com 65 projetos apensados e, desde 1994, não evoluiu em sua tramitação. Encontra-se na primeira comissão, a de Seguridade Social e Família, com relatoria do deputado Rogério Carvalho (PT-SE).
- O relator encontra-se com os projetos para relatar desde 2/5/2012 e nenhuma ação promoveu até a presente data.
- Sobre o trabalho aos domingos e feriados, o Congresso Nacional delegou a fixação de regras quanto ao funcionamento do comércio para os Municípios através da Lei nº 11.603, de 2007.

FRENTE PARLAMENTAR MUNICIPAL

Deputado estadual Anselmo Domingos, Osanan Gonçalves da FECOMERCIÁRIOS-MG e deputado federal Dr. Grilo

BH instala primeira Frente Municipal em Defesa dos Comerciários

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE LANÇOU, NO ÚLTIMO DIA SETE DE ABRIL, A PRIMEIRA FRENTE PARLAMENTAR MUNICIPAL EM DEFESA DOS COMERCIÁRIOS DO BRASIL. O OBJETIVO DA PROPOSIÇÃO É EXPANDIR PARA A BASE A AÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE MINAS GERAIS, COORDENADA PELO DEPUTADO ANSELMO JOSÉ DOMINGOS (PTC), AMPLIANDO A VOZ DOS COMERCIÁRIOS E SUA REPRESENTAÇÃO SINDICAL DENTRO DO PODER, NO BERÇO DAS LEIS.

Minas Gerais instalou a Frente em dezembro de 2013 batendo recorde de adesões de deputados dentre todos os estados que já aderiram à iniciativa. Agora, o Estado sai novamente na frente ao lançar a primeira frente municipal.

O coordenador de BH, vereador Juliano Lopes (SDD), disse que os vereadores integrantes da FPC se reunirão mensalmente para discutir, com a participação do sindicato, formas de melhorar as condições de trabalho dos comerciários.

"Tomaremos algumas medidas importantes, como o a diminuição dos efeitos das obras públicas sobre comerciários e comerciantes, buscaremos a melhoria da saúde dos trabalhadores e realizaremos audiências públicas para discutir os problemas de mobilidade urbana. Além disso, iremos mediar o debate entre comércio e comerciário e a interlocução com o Poder Público", destacou.

Para Juninho Paim (PT), "a união entre as esferas municipal, estadual e federal é muito importante, já que a categoria muitas vezes não tem o suporte do Poder Público", destacou.

No evento, o coordenador estadual da Frente, Anselmo José Domingos, comemorou a adesão de Belo Horizonte ao projeto e reiterou seu apoio para o lançamento da Frente Parlamentar nos demais municípios mineiros. "Tenho certeza que seremos um exemplo para que outros municípios também possam aderir a esta importante causa", ressaltou o parlamentar.

Lançamento da Frente Parlamentar Municipal em Defesa dos Comerciários

Sobre denúncias de jornadas excessivas de trabalho e uso de fraldão em supermercados para que funcionários não percam tempo indo ao banheiro, Anselmo alertou: "Sabemos que a situação é grave. Infelizmente, existem casos onde os trabalhadores não podem parar um minuto sequer para descansar ou se alimentar. Estamos lutando por melhores condições de trabalho para a classe dos comerciários. Contem conosco!".

O diretor da Fecomericários-MG, Ozanan Gonçalves, falou sobre a importância da união dos parlamentares e sindicatos em torno dos debates da Frente. "A participação dos parlamentares da base na discussão dos problemas que enfrentamos é fundamental para estreitarmos a relação do poder com as entidades sindicais. Desta forma, todos participarão positivamente da construção de soluções em defesa dos comerciários," ressaltou.

Pautas

O deputado federal Dr. Grilo (SDD), membro da Frente Nacional e articulador da Frente Estadual, citou algumas situações que lesam os comerciários: diferença salarial entre homens e mulheres, desrespeito à jornada de 44 horas, banco de horas, salários baixos, trabalho aos domingos, Fator Previdenciário e projeto da terceirização sem garantias contra a precarização do trabalho.

Cerca de 100 pessoas, entre representantes de diversas entidades do setor, comerciários e diretores da Fecomerciários -MG participaram do ato de lançamento da Frente. Cinco vereadores aderiam à Frente municipal até o momento: Bim da Ambulância (PTN), relator; Juliano Lopes (SDD), presidente; Juninho Los Hermanos (PROS); Juninho Paim (PT) e Veré da Farmácia (PTdoB). ●

Deputado estadual Anselmo Domingos (PTC/MG)

João Pedro, Francisco Gonzaga e deputado Dr. Grilo

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Alessandro dos Reis, Osanan Gonçalves, Dr. Célio Rodrigues Neves e Dr. Carlos Felipe Freesz: FECOMERCIARIOS-MG

ESPECIAL

O NOVO PRESIDENTE DO TST, MINISTRO ANTONIO LEVENHAGEN, EMPOSSADO EM 26 DE FEVEREIRO, RECEBEU NO DIA 1O DE ABRIL A VISITA DE CORTESIA DE DIRETORES DA CNTC. NA OCASIÃO, ALÉM DE LHE DAR BOAS-VINDAS E DESEJAR SUCESSO À FRENTE DO ÓRGÃO, OS LÍDERES SINDICAIS APONTARAM ALGUNS TEMAS E PROJETOS QUE TRAMITAM NO CONGRESSO NACIONAL E QUE SÃO DO INTERESSE DO TRABALHADOR DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS REPRESENTADO PELA CONFEDERAÇÃO.

A CNTC SE FEZ REPRESENTAR PELO VICE-PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO, VICENTE DA SILVA, E PELO DIRETOR-SECRETÁRIO DA ENTIDADE, LOURIVAL FIGUEIREDO MELO. EM ENTREVISTA AO JORNAL CNTC, LEVENHAGEN FALOU SOBRE SUAS PRIORIDADES NA GESTÃO DO TST, ANO ELEITORAL, E SOBRE ALGUNS PROJETOS POLÊMICOS DA PAUTA DOS TRABALHADORES.

ESPECIAL

“A terceirização é algo extremamente polêmico. Acusam o TST de ter legislado a respeito de atividade-meio e atividade-fim, mas jamais legislamos. A terceirização é um fenômeno econômico."

Jornal CNTC - O senhor assume o TST em ano eleitoral. Qual o impacto que esse período terá sobre sua agenda?

Levenhagen - Essa época eleitoral, naturalmente, terá um impacto maior no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), consequência do impacto na área social, porque quando a campanha eleitoral vai às ruas o aspecto social aflora. Eu penso que a questão não se dirige tanto à administração do TST, mas especialmente aos trabalhadores, que devem ter consciência e cuidado na hora de fazer suas opções nas urnas. Claro que nós continuaremos trabalhando normalmente e espero que não haja sobressaltos que interrompam o trabalho constante do TST.

Jornal CNTC – Quais são suas principais prioridades e desafios na condução do órgão em seu mandato?

Levenhagen - A prioridade é a atividade fim do TST, ou seja, julgar processos. Nós tivemos, no período de 2011 a 2013, um acréscimo em torno de 40% no número de recursos. E, com isso, houve uma demora na prestação jurisdicional, ao mesmo tempo em que os ministros foram demasiadamente exigidos, e alguns foram acometidos de problemas de saúde em função da sobrecarga. Pensando nisso, eu estabeleci como estratégia da administração ajudá-los nesta atividade fim. Uma das primeiras medidas foi trazer para a presidência o julgamento de agravos de instrumento, que são os recursos que mais sobem ao TST. Eu espero contribuir com cerca de mil a dois mil processos por mês. Além disso, nós temos o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores Públicos. Eu constituí uma comissão para que este Centro se consolide e possa melhor preparar os servidores que auxiliam os ministros na elaboração de minutas de voto, porque o número de processos é realmente assustador. Em 2013 chegamos à casa de 301 mil processos para 27 ministros, é um esforço sobre-humano. A minha expectativa é que, ao final do mandato, nós tenhamos reduzido significativamente o acervo de processos.

Jornal CNTC - Existem vários projetos de interesse do trabalhador em tramitação, como a PEC do Trabalho Escravo. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Levenhagen - Inteiramente favorável. E penso que um dos aspectos mais importantes da PEC é a desapropriação de terras onde se detecta a prática execrável do trabalho escravo. Porque se não se tomar medidas duras como esta nós ainda veremos esta prática que reduz o ser humano a mero objeto. A desapropriação de terra tem um sentido dissuasório importante sobre o mau empresário, que, na balança, não vai querer colocar em risco sua propriedade.

Jornal CNTC - Qual a sua opinião sobre o projeto que regulamenta a terceirização?

Levenhagen - A terceirização é algo extremamente polêmico. Acusam o TST de ter legislado a respeito de atividade-meio e atividade-fim, mas jamais legislamos. A terceirização é um fenômeno econômico. Na época não havia, como ainda não há, lei regulando a terceirização, e o TST foi chamado para dar uma roupagem jurídica que protegesse os empregados, e fizemos a seguinte distinção: a terceirização na atividade-meio é lícita, já a terceirização na atividade-fim é ilícita. E por que isso? Porque a Constituição diz que o Estado brasileiro deve buscar, junto com a iniciativa privada, o pleno emprego. E na terceirização como se vem praticando em muitos casos não há o pleno emprego, compreendido na inserção do empregado na empresa. Porque o terceirizado não se vincula à empresa onde trabalha. Constantemente vemos empresas de fachada. Elas normalmente não têm estrutura financeira e com isso os empregados são marginalizados, dispensados sem receber direitos, por isso fizemos esta jurisprudência que até agora serviu muito bem. Mas há um projeto em discussão na Câmara e a expectativa é que a proposta consiga realmente regulamentar a terceirização sem precarizar o trabalho. O trabalho dignifica e tem que ser dignificante para o ser humano... Isso me faz lembrar aquela música do Gozaguinha: “O homem sem trabalho perde a sua dignidade”.

FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL

Pernambuco e Paraná aderem à Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários

PERNAMBUCO
17 de fevereiro

Cerca de 200 mil trabalhadores do comércio e serviços de Pernambuco serão beneficiados com a instalação no Estado da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários (FPC). A cerimônia de lançamento ocorreu no dia 17 de fevereiro na Assembleia Legislativa do Estado, sediada em Recife, com a presença de parlamentares, sindicalistas e trabalhadores do comércio de diversos municípios pernambucanos.

Criada no âmbito federal em 2013 pelo deputado federal Roberto Santiago (PSD/SP), a iniciativa terá em Pernambuco a condução do deputado Ramos (PMN), com o apoio da Federação dos Empregados no Comercio de Bens e de Serviços do Norte e do Nordeste (FECONESTE).

Para Ramos, a Frente Parlamentar abrirá o justo espaço de diálogo dentro do poder para a maior categoria de trabalhadores do país. "A Frente chegou para que pudéssemos fazer valer o que, em verdade, já era direito dos trabalhadores do Comércio e Serviços brasileiros, que é poder ter uma vida digna, em troca da grande contribuição que a categoria dá ao desenvolvimento do Brasil", enfatizou Ramos.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto, levantou várias ocorrências de desrespeito às leis trabalhistas e à própria dignidade humana, mas que ainda são comuns em nosso país.

Assembleia de Recife é a 8ª a lançar a Frente dos Comerciários

Comerciários de municípios do Estado participaram do evento

Articulador da chegada da Frente em Pernambuco, deputado federal Augusto Coutinho

"É inaceitável que os comerciários ainda sofram com problemas como a falta da carteira assinada, exploração e más condições no ambiente de trabalho, humilhações e jornadas de trabalho excessivas, regidas por banco de horas que extrapolam os limites da legislação", declarou Levi.

Membro da FPC nacional e articulador da chegada da Frente em Pernambuco, o deputado federal Augusto Coutinho (SDD), registrou a importância do comprometimento dos parlamentares do Estado e dos municípios pernambucanos com a Frente. "A Frente Parlamentar não é um ato político, para ficar no papel. Atuarei como interlocutor entre o Poder Público e o movimento sindical para minimizar os problemas enfrentados pela categoria", frisou.

Bernadete Leuthier, presidente da FENASSEC

Valmir de Almeida Lima

Valmir de Almeida Lima, presidente da FECONESTE, comemora a chegada da Frente dos Comerciários no Estado. "Ela (a Frente) será um instrumento de diálogo e mobilização nas mãos dos jovens sindicalistas, dos parlamentares de coração justo e ideais nobres, que honram a confiança de seus eleitores e querem um Brasil mais justo para todos." disse.

Bernadete Leuthier, membro da diretoria da CNTC, representou as mulheres comerciárias no evento. Segundo ela, a igualdade de gênero, a participação da mulher em cargos da vida pública e do movimento sindical, a instalação de creches de qualidade e o combate à violência contra a mulher são as principais bandeiras da Coordenadoria da Mulher da CNTC para 2014.

FRENTE PARLAMENTAR ESTADUAL

PARANÁ
28 de março

O Paraná foi o 9º Estado a entrar na rede da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários (FPC). Mais de 600 mil trabalhadores do setor de comércio e serviços serão beneficiados com a atuação da FPC na medida em que ela avance para os municípios paranaenses.

O coordenador estadual, deputado Ney Leprevost, ressaltou durante o evento que pretende combater atos abusivos contra a dignidade humana. "O trabalhador brasileiro não pode ser escravizado, vamos bater forte para combater todo tipo de abuso junto aos comerciários," disse.

Diretor Secretário da CNTC, Lourival Figueiredo de Melo destacou a importância da Frente para os comerciários. "A aproximação dos sindicatos e das federações com o legislativo é de grande importância para que conquistemos mais espaço em defesa dos trabalhadores da categoria", enfatizou.

Vicente da Silva, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná (FECEP), comemorou a chegada da Frente no Estado e cobrou melhor fiscalização. "Com a atuação da Frente Parlamentar e os avanços da regulamentação da profissão dos comerciários (ocorrida em março de 2013), nós poderemos fiscalizar e cobrar dos responsáveis uma atuação mais eficaz em defesa dos comerciários", destacou.

Deputado estadual Ney Leprevost fala sobre o combate ao trabalho escravo

Vicente da Silva, presidente da FECEP

Vicente da Silva comemora chegada da Frente ao Estado

Membro da FPC nacional e articulador da chegada da Frente no Paraná, o deputado federal Eduardo Sciarra (PSD) registrou a importância do comprometimento dos parlamentares do Estado e dos municípios paranaenses com a expansão da Frente. "Eu estou à disposição para combater, ao lado de cada um de vocês, para que os trabalhadores brasileiros conquistem os seus direitos", afirmou Sciarra.

Elizabete Madrona

Dirigentes sindicais de diversos municípios participaram do lançamento da Frente

IGUALDADE DE GÊNERO

A delegada da Coordenadoria da Mulher da CNTC, Elizabete Madrona, destacou em sua fala a igualdade de gênero, a participação da mulher na política e no movimento sindical, e cobrou a instalação de creches de qualidade e mais veemência no combate à violência contra a mulher. "A mulher vence a cada dia, quando desmente na prática as tendências escravizadoras do gênero, e com ela vence o país que dignifica a igualdade do ser humano" finalizou Madrona.

Cerca de 150 pessoas, entre representantes de diversas entidades do setor, comerciários e diretores da FECEP participaram do ato de lançamento da FPC. Doze deputados estaduais aderiam, até o momento, à Frente no Estado: Wilson Quinteiro (PSB), Élio Rusch (DEM), Rose Litro (PSDB), Ademar Traiano (PSDB), Rasca Rodrigues (PV), Nelson Luersen (PDT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Gilberto Martin (PMDB), Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), Tadeu Veneri (PT) e Ênio Verri (PT) e Artagão Junior (PMDB).

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Fecosul entrega pauta de reivindicações à Fecomércio e pede 12% de reajuste nos salários

A PRIMEIRA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE 2014, ENTRE A FECOSUL E A FECOMÉRCIO, OCORREU NO DIA 8 DE ABRIL, QUANDO A FECOSUL ENTREGOU À FEDERAÇÃO PATRONAL A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DESTE ANO. O PEDIDO DE REAJUSTE É DE 12% PARA OS SALÁRIOS E MAIS DIREITOS SOCIAIS PARA OS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS.

Guiomar Vidor entrega pauta de reivindicações da categoria

Conforme o presidente da Fecosul, Guiomar Vidor, o índice de reajuste é baseado no crescimento da economia do Estado e do setor do comércio, que foi superior ao crescimento do Estado do Rio Grande do Sul. "Isso foi possível graças as políticas de valorização do piso regional e outras políticas que criaram uma situação favorável às vendas em 2013. E para 2014 a projeção de aumento de consumo continua, inclusive pelos efeitos da realização da Copa do Mundo no Brasil", afirma.

Vidor, juntamente com a diretoria da Fecosul e os sindicatos filiados, defende que parte deste crescimento reverta para os trabalhadores que, com sua dedicação diária, fazem a economia girar. Além do reajuste nos salários, a Fecosul também reivindica: piso decente; fim do banco de horas; licença-maternidade de 180 dias; auxílio estudante; transporte gratuito; vale cultura; vale alimentação, descanso aos domingos e feriados; salário igual para trabalho igual; entre outras.

Nova reunião está agendada para o dia 29/4, às 9h30, e a Fecosul espera que a proposta seja aceita pelos patrões.

Na reunião com a Fecomércio, a Fecosul foi representada, além do presidente, pelo vice, Rogério Reis, pelo secretário geral, Paulo Ferreira, pelo secretário de Relações do Trabalho, Fernando Lemos, pelo secretário de comunicação, Joemir Oliveira, pelo secretário de saúde e previdência, Marco Daniel Rockenbach, e pela secretária de movimentos sociais, Adriana Oliveira.

A Fecosul e Sindicatos continuam suas mobilizações pelo interior do Estado, com assembleias e ações sempre defendendo a unidade da categoria e o fortalecimento da campanha salarial. ●

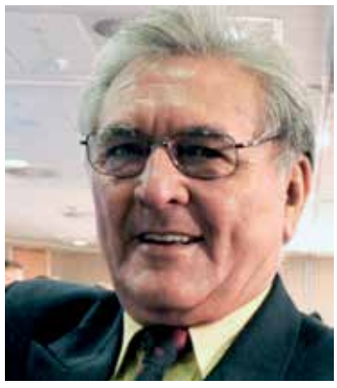
Fonte: Fecosul.

Diretores da Fecosul representam a entidade no encontro

> "Isso foi possível graças as políticas de valorização do piso regional e outras políticas que criaram uma situação favorável às vendas em 2013. **E para 2014 a projeção de aumento de consumo continua, inclusive pelos efeitos da realização da Copa do Mundo no Brasil"**

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Idelmar Lima é reconduzido à presidência do SECCG



Idelmar da Mota Lima, presidente do SECCG

REELEITO PARA MAIS UM MANDATO À FRENTE DO SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPO GRANDE (SECCG), O SINDICALISTA IDELMAR DA MOTA LIMA ANUNCIOU QUE INTENSIFICARÁ, NESTE ANO ELEITORAL, O TRABALHO DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA, QUE SÓ EM CAMPO GRANDE SÃO MAIS DE 40 MIL TRABALHADORES.

"Temos que nos unir em torno de bons nomes para substituir políticos que estão no poder em Mato Grosso do Sul, mas que não levam em consideração os anseios da classe trabalhadora desse Estado", afirmou.

A solenidade de posse ocorreu em 13 de fevereiro e contou com a presença de diretores da Força Sindical nacional, entre eles, Geraldino dos Santos, secretário de Relações Sindicais da central; O ex-deputado federal, Dagoberto Nogueira (PDT); Carlos Marum, secretário de Estado de Habitação, representando o governador André Puccinelli; Alessandro Menezes, presidente regional do Partido Solidariedade; José Lucas da Silva, coordenador regional da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e outras lideranças sindicais da Capital e interior de Mato Grosso do Sul.

Idelmar, que é diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Estado do Mato Grosso do Sul (Fetracom–MS) e vice-presidente regional do Partido Solidariedade, irá conduzir o SECCG por mais quatro anos. Este é o quinto mandato do sindicalista à frente da entidade.

DIRETORIA

Além de Idelmar da Mota Lima, tomaram posse os seguintes comerciários: Nelson Benitez, Secretário Geral; Apolônio Aires de Souza, Diretor Financeiro; Elvídio Barbosa Santos Filho, Diretor Administrativo e Patrimonial; Rubia Maria Nascimento Santana, Diretora de Relações Sindicais; João Carlos Macanhão, Diretor Social, Cultural e Esportivo; André Luiz da Silva Garcia, Diretor de Comunicação.

Suplentes de Diretoria: Ailton Martins, José Olavo dos Santos, Sebastião de Oliveira Martins, Carlos Sérgio dos Santos, Silvia Tavares Barbosa, José Daniel França e Tércio Pinto Medeiros.

Fonte: SECCG.

Nova diretoria da FEINTRAMAG

Tomou posse no último dia 10 de abril a nova Diretoria da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de Café e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais (FEINTRAMAG). A chapa encabeçada pelo presidente, José Lucas da Silva, foi reeleita para o exercício de abril de 2013 a abril de 2018.

O evento contou com a presença de toda a diretoria empossada, representantes de diversos sindicatos e federações profissionais. Segundo José Lucas a prioridade da FEINTRAMAG para 2014 é dar continuidade à forte representação e defesa dos direitos da categoria.

DIRETORIA

Diretor Efetivo
José Lucas da Silva
Elizeu Ferrato Cavalcante
Gilmar Costa dos Santos

Diretor Suplente
Antônio do Carmo Santana
Sebastião de Oliveira
Jonas Henrique de Lima

Conselho Fiscal
José Gurgel de Oliveira
Edson Rodrigues da Silva
Aquilino Antônio da Cruz

Conselho Fiscal - Suplente
Odemir Ferreira Rosa
Wilson Izidio de Alencar
Aguinaldo Aurélio Vergo

Delegados representantes junto à CNTC
José Lucas da Silva
José Gurgel de Oliveira

Delegados representantes junto à CNTC - Suplente
Plínio Benedito de Arruda
Carlos Araújo

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Nova diretoria da Fecomerciários toma posse na cerimônia dos 75 anos da Federação

A NOVA DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIÁRIOS) TOMOU POSSE EM CERIMÔNIA REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL, QUANDO COMEMOROU TAMBÉM OS 75 ANOS DA ENTIDADE, COMPLETADOS NO DIA ANTERIOR, 9 DE ABRIL. A NOVA DIREÇÃO, QUE POSSUI COMO PRIORIDADE A VALORIZAÇÃO DA CATEGORIA, TERÁ DUAS NOVAS DIRETORIAS: UMA DA ÁREA DE HABITAÇÃO, QUE PRETENDE INICIAR A CONSTRUÇÃO DE 3 MIL CASAS PARA SEREM ENTREGUES EM 2015 (A COOPERATIVA HABITACIONAL DOS COMERCIÁRIOS, PRESIDIDA POR MOTTA, JÁ ENTREGOU 11 MIL MORADIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO); E A DIRETORIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS. ALÉM DISSO, A NOVA DIRETORIA É COMPOSTA PELA PRIMEIRA VEZ POR UMA MULHER NO CARGO DE VICE-PRESIDENTE: LIA MARQUES, PRESIDENTE DO SINCOMERCIÁRIOS DE VOTUPORANGA REPRESENTA TODAS AS MULHERES COMERCIÁRIAS.

O governador Geraldo Alckmin esteve presente ao lado de autoridades e personalidades que prestigiaram a solenidade, como o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Campos Machado; a vice-prefeita de São Paulo (PCdoB), Nádia Campeão; o deputado estadual Ramalho da Construção (PSDB); o deputado estadual Davi Zaia (PPS), secretário estadual de Gestão Pública; o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah; o diretor da Fecomercio SP, Ivo Dall'Acqua; o presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná, Vicente da Silva, representando o presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto; a presidente do PTB Mulher, Marlene Campos Machado; além de presidentes, diretores e familiares dos 68 Sindicatos Filiados e de sindicalistas de várias categorias de trabalhadores. No total, mais de 900 pessoas estiveram no evento.

Antiga Fecesp, a Fecomerciários foi fundada em 9 de abril de 1939, mas somente em 1940 adquiriu a fisionomia institucional que permanece até hoje, com mais de dois milhões e meio de associados e 68 Sindicatos Filiados, sendo sete Sinprafarmas, sindicatos que representam os práticos de farmácia.

Presidida pelo líder sindical Motta, a Federação vem cumprindo com eficiência, ao longo das décadas, o papel de coordenar os interesses da categoria como um todo. Também teve atuação decisiva na estruturação do movimento sindical comerciário no Estado, estimulando a criação das entidades sindicais, garantindo a estas uma estrutura capaz de atender aos associados, oferecendo-lhes os benefícios a que têm direito, como assistência judiciária, homologações e atendimento médico e odontológico. Além disso, a Fecomerciários é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Fonte: Fecomerciários.

Luiz Carlos Motta

Nova Diretoria da Fecomerciários

7 de abril.
Dia Mundial da Saúde.

Trabalhador, faça regularmente seu check-up e exija respeito às normas de saúde em seu local de trabalho!

CNTC
Somos todos nós

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

PARTE 2

Getúlio Vargas com Estado Maior, Curitiba/PR, 1930

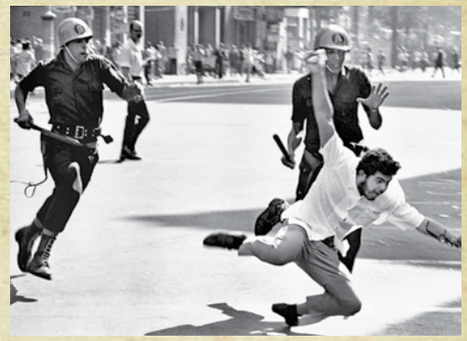
As primeiras normas trabalhistas surgiram no Brasil a partir da última década do século XIX, caso do Decreto nº 1.313, de 1891, que regulamentou o trabalho dos menores de 12 a 18 anos. Em 1912 foi fundada a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), durante o 4º Congresso Operário Brasileiro. A CTB tinha por objetivo reunir as reivindicações operárias, tais como: jornada de trabalho de oito horas, fixação do salário mínimo, indenização para acidentes, contratos coletivos ao invés de individuais, dentre outros. Mas a política trabalhista brasileira somente toma forma após a Revolução de 30, quando Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A Constituição de 1934 foi a primeira a tratar de Direito do Trabalho no Brasil, assegurando a liberdade sindical, salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas, proteção do trabalho feminino e infantil e isonomia salarial.

O termo "Justiça do Trabalho" também apareceu pela primeira vez na Constituição de 1934, e foi mantida na Carta de 1937, mas só foi instalada de fato em 1941. A necessidade de reunir as normas trabalhistas em um único código abriu espaço para Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943. Entre os anos 1940 e 1953, a classe operária duplicou seu contingente. Aos poucos, também iam nascendo os sindicatos rurais.

O golpe militar de 1964, que recentemente completou 50 anos, representou a mais dura repressão enfrentada pela classe trabalhadora do País. As intervenções atingiram sindicatos em todo o Brasil e o ápice foi o decreto nº 4.330, conhecido como Lei Antigreve, que impôs tantas regras para realizar uma greve que, na prática, elas ficaram proibidas.

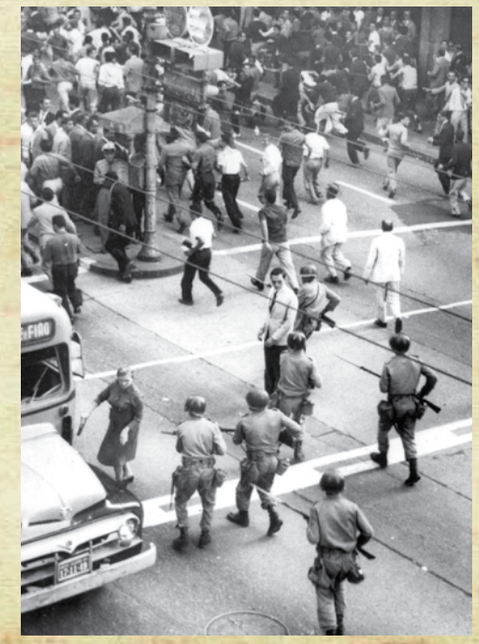
Depois de anos sofrendo cassações, prisões, torturas e assassinatos, em 1970 a classe trabalhadora vê surgir um novo sindicalismo, concentrado no ABCD paulista. Com uma grande greve em 1978, os operários de São Bernardo do Campo (SP) desafiaram o regime militar e iniciaram uma resistência que se estendeu por todo o País.

Fontes: http://www.brasil.gov.br e http://www.ipea.gov.br

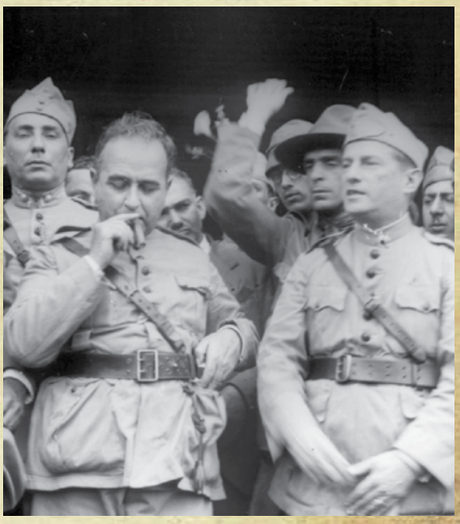


Cena de protesto contra o regime militar

Getúlio Vargas nomeando ministros, 1930



Golpe de 64: repressão em Porto Alegre/RS



Revolução de 1930

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

Recorte e colecione os módulos